



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ofício CPRN/DAIA/ 352 /08

São Paulo, 05 de março de 2008.

Prezado Senhor,

Encaminhamos o Parecer Técnico CPRN/DAIA/ 098 /08, referente ao Termo de Referência para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA da ampliação de atividade de lavra de arenito nos municípios de Analândia/Corumbataí (Processo SMA 13.717/2005).

Informamos que o prazo máximo para a entrega do referido EIA/ RIMA neste Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA é de 180 (cento e oitenta dias), contados a partir do recebimento deste, sob pena de arquivamento do processo.

Sem mais para o momento, reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Geól. **ANA CRISTINA P. COSTA**
Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA
Diretora

Ilustríssimo Senhor
GUILHERME DENZIN
Mineração Jundu Ltda.
DESCALVADO – SP

Recebido em
13/3/08
Gepiada



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Parecer Técnico CPRN/DAIA/ 098 /2008

Processo : SMA 13.717/2005
Interessado : Mineração Jundu S/A.
Empreendimento : Lavra de arenito para produção de areia industrial
Assunto : Definição de Termo de Referência para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA da área de extração de areia para fins industriais
Município : Analândia e Corumbataí

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste Parecer Técnico é definir o Termo de Referência, nos termos das Resoluções SMA 42/94 e SMA 54/04, para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), solicitados no Parecer Técnico CPRN/DAIA/037/07, tendo em vista o porte do empreendimento, as características ambientais da sua área de inserção e o potencial de sua implantação e operação causarem impactos significativos no meio ambiente.

O licenciamento ambiental prévio foi iniciado em 07/10/2005, com a apresentação de Consulta Prévia à Secretaria do Meio Ambiente – SMA, para a definição do tipo de estudo adequado para o licenciamento ambiental da ampliação da lavra de minério de arenito, nas áreas de Mineração Jundu, em Analândia e Corumbataí.

Posteriormente, após Parecer Técnico CPRN/DAIA/037/07, que concluiu pelo licenciamento prévio através de EIA/RIMA, o Plano de Trabalho foi encaminhado à Secretaria do Meio Ambiente – SMA, que o submeteu à apreciação do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, cujo plenário em sua 241ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2007, **não avocou** sua participação na elaboração do Termo de Referência do EIA-RIMA do empreendimento “Extração de Areia Industrial”.

O Estudo de Impacto Ambiental - EIA a ser elaborado deverá subsidiar a decisão da Secretaria do Meio Ambiente quanto à viabilidade ambiental das áreas para extração de areia industrial, onde o empreendedor deverá apresentar a caracterização do empreendimento, identificar os principais impactos decorrentes das atividades propostas, os procedimentos para evitar, controlar e compensar possíveis impactos, além de mitigar os impactos ambientais causados, devendo constar também um plano de monitoramento detalhado e recuperação final da área.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

PT/CPRN/DAIA/ 098 /08

O Rima deverá ser apresentado conforme estabelece o artigo 9º. da Resolução Conama 01/86 em todos os seus incisos, em especial no que estabelece o parágrafo único do mesmo artigo: "O Rima deve ser apresentado de forma objetiva e adequada à sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possa entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação".

Dessa forma, e com base nas informações apresentadas pela consultoria Prominer Projetos S/C Ltda., a equipe técnica do DAIA definirá, no presente parecer, o Termo de Referência para a elaboração do EIA-RIMA.

2 HISTÓRICO

07/10/2005 – Foi protocolizado neste Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA, mediante abertura de processo SMA 13.717/05, Consulta Prévia para definição dos procedimentos de licenciamento ambiental para a atividade de mineração de arenito para produção de areia industrial nos municípios de Analândia e Corumbataí;

26/02/2007 – Técnicos deste departamento -DAIA realizaram vistoria técnica na área de implantação do empreendimento, visando subsidiar a análise e elaboração de parecer técnico referente à consulta prévia;

06/03/2007 – O DAIA emitiu o Parecer Técnico CPRN/DAIA/037/07, referente à Consulta Prévia, que concluiu pelo prosseguimento de licenciamento ambiental prévio através da análise de EIA/RIMA, a ser elaborado pelo interessado, necessitando, para tanto, da apresentação do Plano de Trabalho, conforme preconizam as Resoluções SMA 42/94 e SMA 54/04;

14/03/2007 – Foi publicado no Diário Oficial do Estado – DOE os termos do Parecer Técnico CPRN/DAIA/037/07;

31/08/2007 – A Mineração Jundu Ltda. protocolizou o Plano de Trabalho para EIA/RIMA, objeto de análise deste parecer de Termo de Referência;

26/09/2007 – Interessado protocolou as publicações referentes ao protocolo do Plano de Trabalho.

17/10/2007 – DAIA encaminhou cópia do Plano de Trabalho para apreciação do CONSEMA através do Memorando MEMO/CPRN/DAIA/1776/07.

21/11/2007 – CONSEMA encaminhou memorando MEMO.CONSEMA 172/2007 informando que o Colegiado **não avocou** participação na elaboração do Termo de Referência.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

PT/CPRN/DAIA/ 078 /08

3 AVALIAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Para subsidiar o Termo de Referência para elaboração do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA da Mineração JUNDU Ltda., foram utilizadas as informações contidas no Plano de Trabalho, além daquelas contidas na Consulta Prévia e no Parecer Técnico CPRN/DAIA/037/07.

As áreas de interesse para a extração inserem-se nas seguintes poligonais do DNPM, referentes aos processos: 820.232/86, 821.612/00, 821.613/00, 821.614/00, 821.615/00 e 821.616/00. Estas poligonais localizam-se nas áreas de futura ampliação da Unidade Analândia, nas denominadas “Áreas IPT (fl. 06 dos Autos)”, municípios de Analândia e Corumbataí – SP, as quais estão inseridas na APA Botucatu-Corumbataí-Tejupá, perímetro Corumbataí, sendo que a vegetação, segundo o documento, caracteriza-se por pastagens e reflorestamentos com eucaliptos.

O Quadro I, a seguir, apresenta as principais características do empreendimento.

QUADRO I – CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO				
Empreendedor	Mineração Jundu S/A			
Consultor	Prominer Projetos S/C Ltda.			
Empreendimento	Mineração para extração de areia industrial			
Local	“Áreas IPT”			
Municípios	Analândia e Corumbataí			
Processos DNPM	Identificação Número Processo Área (ha)	Área 1	820.232/1986	49,98
		Área 2	821.612/2000	50
		Área 3	821.613/2000	50
		Área 4	821.614/2000	49,98
		Área 5	821.615/2000	49,97
		Área 6	821.616/2000	49,96
	Área Total (ha)		299,89	
	Área a ser lavrada (ha)		100,00	
	Reserva Medida (t)		47.163.245	
	Vida Útil (anos)		40	

Embora a área total das poligonais perfaça 299,89 ha, a área efetivamente a ser lavrada corresponde a 100 ha, distribuídos em 16 painéis, conforme demonstrado nas plantas apresentadas (fls. 18 e 48 dos Autos). A lavra se dará a céu-aberto, por desmonte mecanizado com emprego de carregadeiras e/ou escavadeiras e transporte do minério por caminhões basculantes até a usina de beneficiamento já existente em Analândia.

O plano de Trabalho apresentou uma proposta de conteúdo mínimo, e em linhas gerais, considerada satisfatória, porém, o DAIA propõe alguns itens a serem acrescentados e/ou modificados na proposta inicialmente apresentada pela empresa.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

PT/CPRN/DAIA/ 098 /08

4 TERMO DE REFERÊNCIA

O EIA deverá contemplar o proposto neste Termo de Referência e seguir a estrutura indicada:

SUMÁRIO EXECUTIVO

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO do Plano de Trabalho

Além do proposto, deverá ser apresentado:

- *Informações sobre a metodologia e materiais adotados na elaboração do EIA/RIMA.*

CAPÍTULO 1: INFORMAÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1 do Plano de Trabalho

De um modo geral, este capítulo contempla os itens importantes para caracterizar a empresa proponente, empresa consultora e o empreendimento, objeto do licenciamento ambiental.

Ressalta-se que relativamente à legislação pertinente ao empreendimento, esta deverá ser apresentada de forma sucinta, não apenas no escopo deste item, mas também no capítulo de avaliação dos impactos ambientais e no de proposição de medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias. Recomenda-se que as considerações detalhadas pertinentes à legislação deverão ser apresentadas em Capítulo específico, e na ordem indicada neste Termo de Referência.

Além do proposto, deverão ser apresentados, em anexo, os seguintes documentos:

- *Certidões de Uso e Ocupação do Solo, emitidas pelas Prefeituras dos Municípios de Analândia e Corumbataí e manifestação técnica das mesmas quanto à análise do EIA e RIMA, nos termos previstos pela Resolução CONAMA nº. 237/97, artigos 5º. e 10. Caso as Certidões não estabeleçam prazo de validade, observar o disposto na Resolução SMA 33 de 20/08/03;*
- *Manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN sobre o diagnóstico acerca da existência ou não de sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais na área de influência do empreendimento, conforme a Resolução SMA 34 de 27/08/2003 e a Portaria IPHAN no 230, de 17/12/02;*
- *Definição da área total da(s) cava(s) a ser licenciada em cada uma das poligonais dos processos DNPM, delimitada em planta autenticada pelo*

Mário



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

PT/CPRN/DAIA/ 098 /08

DNPM (as áreas das minas a serem licenciadas correspondem às áreas das cavas efetivamente lavrada e não à poligonal);

- *Manifestação do DNPM, conforme prevê o Decreto-Lei no 4.146/1942, se o levantamento paleontológico constatar a ocorrência de fósseis;*
- *Apresentar “Outorga do tipo - Implantação do Empreendimento” e “Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos”, conforme estabelece a Portaria DAEE 717 de 12/12/96 e seus anexos e Resolução Conjunta SMA-SERHS-1 de 23/02/05, no caso de captação de água ou interferência em corpos d’água superficiais e/ou subterrâneos.*

CAPÍTULO 2: JUSTIFICATIVAS DO EMPREENDIMENTO E ESTUDO DE ALTERNATIVAS LOCACIONAIS E TECNOLÓGICAS

CAPÍTULO 2 do Plano de Trabalho

Nada a alterar.

CAPÍTULO 3: ASPECTOS LEGAIS

Incluir como um capítulo novo

Incluir neste capítulo os aspectos do item do Capítulo 1 do Plano de Trabalho sobre o levantamento da legislação federal, estadual e municipal, que incide sobre o empreendimento proposto, inclusive leis de uso do solo, zoneamento municipal, planos diretores e leis orgânicas, além da discussão sobre a compatibilidade do empreendimento com a legislação ambiental e a indicação em planta, em escala apropriada, das restrições ambientais existentes, Áreas de Preservação Permanente – APP’s e Unidades de Conservação – UC’s.

CAPÍTULO 4: CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Capítulo 3 do Plano de trabalho

Nada a alterar.

4.1.: RESERVAS GEOLÓGICAS E CARACTERÍSTICAS DO MINÉRIO

3.1. do Plano de trabalho

Nada a alterar.

4.2.: DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

3.2. do Plano de trabalho

Nada a alterar.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

PT/CPRN/DAIA/ 098 /08

4.3.: ALTERNATIVAS DE ACESSO E ESTOCAGEM

3.3. do Plano de trabalho

Nada a alterar.

Importante ressaltar a necessidade de apresentação dos empreendimentos minerários existentes na área de influência do empreendimento para posterior análise de impactos cumulativos.

CAPÍTULO 5: DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Capítulo 4 do Plano de trabalho

A equipe técnica do DAIA entende que, em conformidade com os procedimentos de Avaliação de Impacto Ambiental - AIA, o empreendedor/consultor deverá definir na fase de planejamento dos trabalhos necessários à elaboração do EIA/RIMA a área de estudo, ou seja, a área geográfica onde serão realizados os estudos de base, área que será objeto de coleta de dados primários e/ou secundários para realização do diagnóstico ambiental. As áreas de influência do empreendimento (Área de Influência Indireta - AII, Área de Influência Direta - AID e Área Diretamente Afetada - ADA) deverão ser definidas depois de identificados, previstos e avaliados os potenciais impactos ambientais diretos e indiretos previstos para cada meio (físico, biótico e antrópico), em função das ações/intervenções necessárias para a implantação, operação e eventual desativação do empreendimento e suas abrangências espaciais ou geográficas. Além disso, deverá atender, minimamente, o que estabelece o Inciso III do Artigo 5º da Resolução Conama 01/86 que estabelece: "definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza". Recomenda-se a utilização de escala adequada e compatível à visualização das estruturas relevantes.

Deverão ser apresentadas além das atividades propostas no Plano de Trabalho no capítulo de diagnóstico ambiental, a metodologia utilizada para os levantamentos secundários e principalmente primários, para os três meios a serem estudados, a saber:

5.1.: MEIO FÍSICO

4.1. do Plano de trabalho

Além do proposto no Plano de Trabalho, deverá ser apresentado o descrito abaixo:

O item 4.1. do Plano de Trabalho deverá descrever os impactos ambientais decorrentes do rebaixamento da superfície potenciométrica devido à abertura e aprofundamento da cava, em que deverão ser realizados estudos hidrogeológicos a fim de caracterizar as condições atuais do aquífero subterrâneo na AID do empreendimento, bem como elaborar simulações matemáticas, a serem apresentadas no capítulo de "Análise dos impactos ambientais", indicando as respectivas alterações da superfície potenciométrica, recomendando-se que o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

PT/CPRN/DAIA/ 098 /08

estudo detalhado considere a situação atual, uma intermediária e a final da vida útil prevista para as minas. Caso a quantidade de dados existente na área seja insuficiente (nascentes, poços tubulares, cacimbas, etc.) para a realização dos estudos hidrogeológicos, deverão ser implantados poços piezométricos para obtenção de dados, possibilitando a calibração adequada e confiável do modelo. Deverão ser consideradas as variações sazonais, com a utilização de dados históricos da região. Informações quanto ao volume de água que deverá ser bombeado das minas durante a operação e seu escoamento também deverão ser consideradas no balanço de massa. As águas subterrâneas deverão ter sua qualidade verificada através de análises químicas de acordo com as tabelas 1, 3 e 5 da Portaria do Ministério da Saúde nº. 518/04.

Caso não seja verificado o nível d 'água nas áreas de mineração, ou, conforme descrito na Consulta Prévia (fl. 15 dos Autos) "as cavas foram projetadas para não atingirem o nível freático da águas subterrâneas", caracterizar o impacto ambiental gerado pela exploração dos arenitos, levando-se em consideração que o empreendimento localiza-se em zona de recarga do Aquífero Guarani (Formação Pirambóia).

5.2.: MEIO BIÓTICO

4.2. do Plano de trabalho

Além do proposto no Plano de Trabalho, deverá ser apresentado o descrito abaixo:

Demarcar e caracterizar os fragmentos de cerrado observados em vistoria realizada quando da Consulta Prévia, descrito no Parecer Técnico CPRN/DAIA/037/07, além da vegetação nativa observada no entorno.

5.3.: MEIO ANTRÓPICO

4.3. do Plano de trabalho chamado de Meio Socioeconômico que deverá ser renomeado para Meio Antrópico

Além do proposto no Plano de Trabalho, deverá ser apresentado o descrito abaixo:

Identificar os possíveis conflitos de interesse no uso e ocupação do solo, pois os terrenos a serem explorados são de terceiros e já se verificou, em vistoria realizada quando da Consulta Prévia, descrito no Parecer Técnico CPRN/DAIA/037/07, um possível conflito com um dos superficiários, que mostrou a intenção de implantar um loteamento no local.

CAPÍTULO 6: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Capítulo 5 e 7 do Plano de trabalho

Aglutinar em um só capítulo o descrito nos itens "Capítulo 5" e "Capítulo 7", excluindo-se do "Capítulo 7" do Plano de Trabalho a Compensação Ambiental, que deverá ser apresentada em capítulo específico.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

PT/CPRN/DAIA/ 098 /08

Quanto às águas subterrâneas, apresentar modelo hidrológico/hidrogeológico para a Área de Influência Direta - AID, o qual deverá:

- 1) Simular, descrever, discutir e avaliar os potenciais impactos ambientais das intervenções previstas em relação ao eventual rebaixamento da superfície potenciométrica e às alterações na quantidade e qualidade dos corpos d'água na AID do empreendimento e os usos da água no entorno, prevendo, inclusive, o impacto cumulativo com outras minerações na área de influência direta do empreendimento;
- 2) Caso não seja encontrada a superfície potenciométrica, avaliar os potenciais impactos gerados pela remoção do arenito das Formação Pirambóia, pois a área se encontra em zona de recarga do Aquífero Guarani. Avaliar, inclusive, os impactos cumulativos, ou seja, levar em consideração outras áreas de mineração na área de influência do empreendimento.

A partir dessas avaliações, realizar considerações sobre eventuais ajustes do projeto executivo de exploração do bem mineral.

Para os impactos que não puderem ser mitigados deverão ser estudadas medidas compensatórias, devendo ser especificados os métodos e critérios adotados.

CAPÍTULO 7: PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Capítulo 6 do Plano de trabalho

O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas deverá ser apresentado numa seção específica dentro do capítulo de Programa de Gestão Ambiental, integrando todas as medidas propostas para o fim de recuperação da área (reconformação topográfica, manejo do solo, revegetação). Deverá incluir descrição da configuração final da área, proposta de uso futuro, relação de espécies propostas para a revegetação, quantidade e proporção de mudas a serem utilizadas, cronograma e estimativa de custos envolvidos.

Além do que foi proposto, incluir, no Programa de Gestão Ambiental, um programa de relocação das famílias residentes na área a ser afetada pelo empreendimento, elaborado por profissional especializado, com base nas informações obtidas no diagnóstico de meio antrópico e em diálogo prévio com as famílias a serem reassentadas, caso seja necessário.

Reitera-se que o plano de monitoramento a ser apresentado deverá contemplar os principais impactos ambientais que serão objeto de medidas de mitigação, abordando todas as etapas da atividade, desde a sua implantação até o seu encerramento e recuperação final da área, com a indicação de rede de amostragem prevista, periodicidade da mesma, métodos de coleta, etc.

Incluir, nos programas de controle e monitoramento previstos, os parâmetros referentes ao aquífero subterrâneo, um plano de monitoramento de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção presentes na AID e o acompanhamento da situação das famílias reassentadas por, no mínimo, dois anos após a relocação das famílias, caso necessário.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

PT/CPRN/DAIA/ 098 /08

Apresentar cronograma das medidas de controle, mitigação e de recuperação concomitante ao desenvolvimento da lavra, além de apresentar os custos inerentes às mesmas.

CAPÍTULO 8: PLANO DE DESATIVAÇÃO

Capítulo 8 do Plano de trabalho

Nada a alterar.

CAPÍTULO 9: COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Capítulo 7 do Plano de trabalho (Parcial)

Deverá ser apresentada neste capítulo específico a compensação ambiental. Considerar, para a proposta de Unidade de Conservação a ser contemplada com a aplicação do valor referente à Compensação Ambiental, também o conteúdo do Decreto Federal no 4.340/02 e para o cálculo do valor, a Resolução SMA 56/06 (cópia anexa).

CAPÍTULO 10: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E EQUIPE TÉCNICA

Aglutinar em um só capítulo o descrito nos itens REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E EQUIPE TÉCNICA

Nada a alterar.

CAPÍTULO 11: ANEXOS

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nível de complexidade do EIA/Rima é médio.

Todos os parâmetros deverão ser descritos qualitativa e quantitativamente (quando passíveis de mensuração).

Quando possível, gráficos, desenhos e cronogramas deverão ser utilizados.

Todas as informações plotadas em mapas deverão ter base cartográfica oficial, obedecendo as normas técnicas pertinentes.

Toda a informação cartográfica deverá apresentar-se georreferenciada.

A legislação normativa deverá ser citada quando necessário à compreensão do texto.

Deverão ser apresentadas as bibliografias consultadas.

O EIA e o Rima deverão ser entregues em 06 (seis) vias cada, além da cópia em meio digital, sendo que para esta última, deve-se atender à Portaria CPRN



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

PT/CPRN/DAIA/ 098 /08

09/04 (anexar cópia). A análise do Estudo poderá ser interrompida quando for constatado que a versão em meio digital não apresenta as características acima e só será retomada com a apresentação de uma nova versão, dentro dos padrões estabelecidos pela referida Portaria.

Ressalta-se que a abordagem ou detalhamento de algum aspecto não abordado no Plano de Trabalho ou no Termo de Referência e identificado como relevante durante a análise do EIA poderá ser solicitada numa eventual Requisição de Informações Complementares.

O prazo para apresentação do EIA/Rima, cujo escopo mínimo é estabelecido por este Termo de Referência é de seis meses, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Estado.

São Paulo, 05 de março 2008.


Geól. **JOSÉ CARLOS DIAS ARAUJO**
Diretoria de Avaliação de
Empreendimentos Minerários - DAMI
CREA 0500024883


Geól. **RAQUEL VALÉRIO DE SOUSA**
Diretoria de Avaliação de
Empreendimentos Minerários - DAMI
CREA 0601286385


Biol. **MÁRCIO RODRIGUES LOPES**
Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA
Diretor Técnico de Serviço – CRBIO 14.268/01


Arq. **CELINA F. BRAGANÇA ROSA CLÁUDIO**
Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA
Diretora Técnica de Divisão - CREA 67.428/D

De acordo:


Geól. **ANA CRISTINA P. COSTA**
Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA
Diretora